

ATA SIMPLIFICADA

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR DE ORÇAMENTO E DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU (CGOP1G) do Biênio 2026/2027

Assunto: 3ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor de Orçamento e de Priorização do Primeiro Grau (CGOP1G) – Gestão 26/27

Data: 26/06/2026 – sexta-feira

Horário: 10h30 às 12h45

Local: Presencial e transmissão via Teams

Participantes

- Dr. Felipe Esmanhoto Mateo, Coordenador do CGOP1G
- Dr. Augusto Bruno Mandelli, Juiz de Direito
- Dra. Denise Indig Pinheiro, Juíza de Direito
- Dra. Elisa Leonesi Maluf, Juíza de Direito
- Dr. Antonio Fernando Sanches Batagelo, Juiz de Direito-APAMAGIS
- Patricia Tiuman De Souza Carvalho, Secretária de Primeira Instância
- Vanessa Cristina Martiniano, Secretária de Gestão de Pessoas
- André Laursen Pavani, Secretário de Orçamento e Finanças
- Jader Alves Rosa, Diretor de Governança da STI5
- Bruno Moretti Filho, Diretor de Governança de Sistemas da SGS
- Rodrigo Teixeira, Diretor da Diretoria de Planejamento Estratégico
- Lilian Cristina De Castro Tramontini, Supervisora de Serviço Comarca de Gália
- Nelson Trus Cabral, Supervisor de Serviço da SPI
- Aurea Satomi Fuziwara, Assistente Social
- Emerson Luiz Ferreira Franco, Oficial de Justiça
- Ednaldo Aparecido Batista, APATEJ

Principais Assuntos conversados

Foram discutidos temas relacionados à modernização dos recursos tecnológicos disponibilizados aos magistrados, acompanhamento de projetos institucionais em andamento, promoção e movimentação na carreira da magistratura, acesso a bases de conhecimento e bibliotecas jurídicas, implantação e aperfeiçoamento do sistema eproc, valorização dos estudos e da capacitação dos magistrados, além de propostas voltadas à melhoria das condições de trabalho e da política de saúde dos servidores. Também foram abordadas questões relativas ao teletrabalho, ferramentas de inteligência artificial, infraestrutura tecnológica, comunicação institucional e matérias de interesse das associações representativas.

Resumo detalhado da reunião

Iniciados os trabalhos, registrou-se a ausência justificada do Dr. Renato Siqueira De Pretto, que se encontrava em compromisso institucional na cidade de Campinas, em atividade vinculada à Presidência do Tribunal.

Na sequência, o Coordenador do Comitê Dr. Felipe Mateo informou sobre a proposta de encaminhamento à Presidência de requerimento para que os notebooks institucionais acompanhem o magistrado quando de sua remoção ou promoção, e não permaneçam vinculados exclusivamente à unidade judicial. Consta que a matéria recebeu manifestação favorável da STI, encontrando-se apta para encaminhamento superior.

Prosseguindo, foi apresentada atualização do estudo relativo às promoções ao cargo de Desembargador. O Sr. Rodrigo Teixeira exibiu a planilha eletrônica desenvolvida para projeção estatística das possibilidades de promoção, esclarecendo que o material ainda não contempla a mais recente lista de antiguidade encaminhada pela SEMA, em razão da ausência temporária do estatístico responsável pela atualização. Foi destacado que a ferramenta possibilita estimativas apenas para magistrados já posicionados na entrância final e que fatores como promoções por critérios específicos podem impactar significativamente as projeções. Debateram, ainda, possíveis formas de disponibilização da ferramenta aos magistrados, entre elas a manutenção do formato de planilha ou o desenvolvimento de aplicativo próprio.

Quanto ao acesso à biblioteca digital do Superior Tribunal de Justiça, o Coordenador informou o avanço nas tratativas institucionais, com anuência da Presidência daquela Corte. Permanecem pendentes, contudo, definições relacionadas à operacionalização dos acessos e à integração tecnológica necessária. O Sr. Rodrigo registrou que a minuta de adesão já foi encaminhada aos setores competentes e que a STI aguarda interlocução técnica com a STJ para prosseguimento das providências. O Dr. Antonio Batagelo sugeriu a ampliação das permissões para assistentes, ao que ponderaram que a questão será objeto de verificação técnica pela STI. No tocante ao Fórum do Conhecimento, foram relatadas dificuldades de acesso por parte de alguns magistrados.

Em seguida, foram prestadas informações acerca do Programa de Residência Jurídica. A Sra. Vanessa Martiniano comunicou que a matéria será submetida ao Órgão Especial na semana seguinte, havendo previsão de publicação do edital em 13 de julho. O programa prevê a oferta inicial de cem vagas destinadas às unidades com maior carga de trabalho. Esclareceu que a designação de residente não acarretará a perda de estagiário de nível superior e que os participantes terão acesso gratuito aos cursos oferecidos pela Escola Paulista da Magistratura, pelo período máximo de três anos.

Passaram à análise das discussões relativas à possível unificação de entrâncias. O Dr. Bruno Mandelli relatou encontro realizado com a Presidência, com a participação do Dr. Renato Siqueira e do Sr. Flávio dos Santos da SEMA, ocasião em que foram apresentados estudos e

ponderações sobre os impactos de eventuais alterações. Registrou na reunião o entendimento de que a unificação integral poderia gerar significativo gargalo na carreira, ao passo que a unificação parcial criaria novo ponto de estrangulamento. Considerou importante preservar as opções atualmente existentes para movimentação na carreira, buscando soluções que não impliquem prejuízos aos magistrados.

Na sequência, o Sr. Bruno Moretti, Diretor da SGS, apresentou os avanços relacionados à elaboração dos fluxos de trabalho do eproc. Informou que foram desenvolvidos trinta e dois fluxos para a área cível, já disponibilizados no Portal do Conhecimento, abrangendo desde a distribuição até o arquivamento dos processos. Comunicou, ainda, que a iniciativa será ampliada para os Juizados Especiais. Debateram diferentes modelos de gestão e utilização da ferramenta, ressaltando-se que algumas unidades apresentam elevado grau de utilização dos recursos disponíveis, enquanto outras permanecem limitadas às funcionalidades básicas. Também foram mencionados os projetos-piloto em andamento e a construção de modelos adaptados às diferentes competências.

A Dra. Elisa Maluf trouxe à discussão experiências relacionadas à utilização de robôs de automação para elaboração de minutas, especialmente na Vara de Execução Fiscal de Multas, ressaltando os ganhos de produtividade observados. Em complemento, sugeriu a necessidade de maior divulgação das ferramentas já existentes.

Ainda na área de capacitação, a Dra. Elisa sugeriu a criação de incentivo institucional aos magistrados que estejam cursando programas de pós-graduação, mediante ampliação das possibilidades de teletrabalho, destacando que a medida não implicaria incremento de despesas para o Tribunal e contribuiria para a formação continuada da magistratura.

Na oportunidade, sugeriram a retomada da divisão dos trabalhos por subgrupos temáticos, considerando que determinados temas já foram solucionados e outros demandam eventual aprofundamento específico.

Passaram, então, às discussões referentes às condições de trabalho e políticas voltadas aos servidores. Foram apresentadas considerações sobre os debates mantidos entre a Administração e as entidades representativas acerca dos auxílios alimentação, saúde e creche. A Sra. Aurea Fuziwara defendeu a necessidade de maior detalhamento dos gastos realizados na área da saúde, com foco não apenas em ações curativas, mas também preventivas, envolvendo saúde mental, prevenção ao assédio moral e políticas de autocuidado. Foram discutidos dados relativos à força de trabalho, à demanda por atendimento psicossocial e à necessidade de melhor compreensão dos investimentos realizados na área. Também levantou a necessidade de verificar os custos relacionados à vacinação de magistrados e servidores e a estrutura dos ambulatórios.

A Sra. Vanessa apresentou informações sobre programas em andamento na SGP, incluindo ações de saúde itinerante, exames periódicos, contratação relacionada ao cumprimento da NR-1 e iniciativas voltadas à liderança, saúde mental e prevenção ao assédio moral.

O Sr. André Pavani, da SOF, prestou esclarecimentos acerca das fontes de custeio das despesas do Tribunal, destacando a relevante fração das receitas vinculadas à taxa Selic e os impactos financeiros decorrentes das oscilações desse indicador, ressaltando os reflexos aos servidores ativos e aposentados. Registrou, ainda, que a temática da saúde do servidor será objeto de aprofundamento nas próximas reuniões da Presidência,

As discussões referentes aos convênios para vacinação de alto custo e clube de benefícios foram adiadas para reunião futura, em razão da necessidade de complementação das informações.

No tocante às ferramentas de comunicação, informou-se que a STI continua avaliando a viabilidade técnica de implantação de solução institucional de mensageria.

Na área de tecnologia, o Sr. Jader comunicou que, a partir de outubro, todos os servidores passarão a contar com licenças Microsoft E3, ampliando o acesso às ferramentas corporativas. Informou, ainda, que já se encontra disponível a versão avançada do Copilot para magistrados, assistentes e servidores ocupantes de cargos em comissão na área administrativa, acompanhada de cursos já disponibilizados pelo Tribunal.

Quanto ao teletrabalho, registraram que a matéria permanece sob análise de comissão específica, não havendo deliberação nesta reunião.

A Sra. Patrícia Tiuman informou que a gravação dos atendimentos realizados por meio do balcão virtual permanece em análise técnica e administrativa, aguardando definições da Presidência quanto à forma de armazenamento e utilização dos registros.

Por fim, o Sr. Jader apresentou soluções voltadas ao aprimoramento da infraestrutura tecnológica das unidades judiciais, incluindo instalação de terceiros monitores, melhoria da qualidade de webcams, microfones e headsets, ampliação da conectividade de rede e expansão da cobertura de Wi-Fi nas comarcas que ainda apresentam limitações.

Compromissos Firmados

- 1) Ficou definido o encaminhamento à Presidência do requerimento relativo à vinculação dos notebooks institucionais aos magistrados;
- 2) Deliberaram pela atualização da planilha de projeção de promoções e posterior encaminhamento à STI para avaliação da viabilidade de desenvolvimento de aplicativo específico;
- 3) A STI acompanhará as tratativas para acesso à biblioteca digital do STJ, bem como a continuidade das providências técnicas junto àquela Corte;
- 4) Sra. Vanessa Martiniano manterá o Comitê informado das atualizações sobre o Programa de Residente Jurídico;

- 5) Dr. Bruno Mandelli acompanhará as tratativas quanto à unificação de entrâncias sob análise da Presidência;
- 6) Para a próxima reunião serão solicitadas informações à SEMA acerca dos impactos das novas regras relacionadas ao PRA sobre antiguidade e remoções, bem como sobre questões relacionadas ao ATS de estágio;
- 7) A STI verificará a regularidade do Fórum do conhecimento;
- 8) A SGS atualizará o Comitê do andamento dos trabalhos de elaboração de fluxo do eproc;
- 9) Dr. Felipe Mateo verificará a melhor forma de encaminhamento da solicitação de um dia adicional de teletrabalho para magistrado que estejam cursando programas de pós-graduação;
- 10) Os subgrupos deverão revisar os assuntos sob sua responsabilidade e encaminhar contribuições escritas acerca dos temas em andamento, com vistas à identificação de eventuais pontos ainda pendentes de deliberação;
- 11) A Sra. Aurea Fuziwara providenciará solicitação à SGP dos dados dos anos anteriores referente a vacinações e atendimento ambulatorial;
- 12) Deliberaram pela criação de grupo de comunicação via WhatsApp, em razão das limitações de acesso de representantes das associações a algumas ferramentas institucionais;
- 13) Permanecerão em acompanhamento as tratativas relativas à mensageria institucional, políticas de saúde dos servidores, vacinas de alto valor, convênio com clube de benefícios e política de integração dos servidores.

(Nada mais, eu, Fabiana Moreira, servidora da Diretoria de Planejamento Estratégico, minutei a presente ata, que foi conferida e validada pelo Dr. Felipe Esmanhoto Mateo, Coordenador do CGOP1G).